

**ATA DA 1ª REUNIÃO De 2014 do CONSELHO GESTOR DO RVS MATA DOS SISTEMAS GURJAÚ, CARAÚNA, BOM JARDIM, CONTRA-AÇUDE E SALGADINHO.**

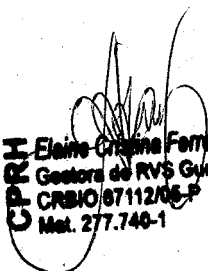
Aos 12 (doze) dias do mês de fevereiro de 2014, reuniram-se na Sede da Prefeitura do Cabo de Stº Agostinho localizada no Palácio Conde da Boa Vista, Praça Ministro André Cavalcanti, S/N-Centro, com a finalidade de participar da 1ª Reunião do ano do Conselho Gestor dos Refúgios de Vida Silvestre: Matas do Sistema Gurjaú (RVS Gurjaú), Matas de Caraúna, Matas de Bom Jardim, Matas de Contra Açude e Matas do Salgadinho, os representantes da Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente (CIPOMA), a representante da Usina Bom Jesus; a representante do Centro Técnico de Assessoria e Planejamento (CETAP); o representante da Escola Eudes Sobral, representantes da CPRH, a representante da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura do Cabo de Stº Agostinho, representantes da Secretaria de Educação da Prefeitura do Município de Moreno, as representantes das Secretarias de Meio Ambiente dos Municípios de Moreno e Jaboatão dos Guararapes, o representante da Universidade Rural de Pernambuco, o representante da Escola Dr. João Lopes, o representante da Associação de Moradores de Pirapama, o representante do Assentamento Rural de Moreno, a representante da Agência CONDEP/Fidem, o representante da Companhia Pernambucana de Saneamento e Abastecimento de Água (COMPESA), conforme lista de presença em anexo. Iniciada a Sessão, a gestora do Rvs Matas do Sistema Gurjaú, Elaine Braz, procedeu à leitura da pauta. Após a leitura, a Gestora do Refúgio passou a palavra a Dra. Andrea Pinto, representante da CETAP, onde a mesma iniciou uma breve explanação sobre como seria o levantamento fundiário no referido refúgio. Para a Dra. Andrea, antes de iniciar o cadastramento é imprescindível a realização prévia de oficinas, reuniões, seminários, que deverá ser realizado através de uma equipe multidisciplinar formada por assistentes sociais e outros profissionais os quais irão esclarecer junto às comunidades locais, o que é o cadastramento, como é o seu funcionamento, qual a sua finalidade etc.. Para Andrea, é imprescindível que haja esse momento prévio, de esclarecimentos junto à população remanescentes no RVS Gurjaú para inseri-las como parceiras ao levantamento do Cadastramento Fundiário. Para ela, o cadastramento deve ser independentemente do intuito ser indenizatório ou não, até porque hoje em dia, para tudo o que for ser realizado, deve-se antes, se fazer um levantamento para valoração do que existe nas terras e com isso se obter um traçado sociológico dos hábitos, necessidades, entre outros aspectos, das pessoas que integram essas comunidades. De

acordo com a Gestora do RVS e Analista Ambiental da CPRH, Elaine Braz, é importante trabalhar a questão do levantamento fundiário também, com as lideranças locais, como elemento facilitador de comunicação entre a população local e o Estado, para só posteriormente haver a implementação do referido procedimento de Cadastramento Fundiário. Elaine acrescenta ainda, que muito embora a equipe do RVS seja pequena, conta com parceiros importantíssimos como as Secretarias de Meio Ambiente E Controle Urbano das Prefeituras do Cabo, Jaboatão e Moreno e a CIPOMA, como forma de auxiliá-los no controle e monitoramento dessas áreas, evitando com isso, durante e após o cadastramento, novas ocupações. Segundo Elaine, após o cadastramento, caso o Governo não enxergue como solução promover a indenização de toda a população das áreas envolvidas na Unidade de Conservação, uma possível solução seria tentar se estabelecer um plano de manejo específico para a localidade onde no zoneamento poderia se prever uma área para o extrativismo de Espécies Nativas Frutíferas, por exemplo, de acordo com os Usos Possíveis para a categoria, segundo o Ministério do Meio Ambiente. Já para o representante da COMPESA, Hildenburg, para que seja concedido o Título de Uso aos moradores do Engenho São Salvador, far-se-á necessário, inicialmente, que o Conselho Gestor redija um documento oficializando a representada dessa necessidade que em seguida será levada ao setor jurídico da companhia para apreciação. Hildenburg acrescentou que com isso tentar-se-á evitar novas ocupações na localidade. O representante da COMPESA, por sua vez, aproveitando o ensejo, questionou sobre a situação de violência vivenciada pelos fiscais da CPRH nessa região, onde foi respondido pela Gestora, que no momento, estava vivenciando um momento mais tranquilo, mas, que era necessário uma maior parceria da referida companhia, para auxiliá-los no desempenho de suas funções. Elaine Braz acrescentou também, apenas a nível de esclarecimento, que esta em vigor a criação de um banco de dados de áreas degradadas, a nível estadual, com potencial para recuperação por Reflorestamento por Compensação Ambiental. A Gestora, por sua vez, ao questionar aos presentes sobre proceder ou não ao requerimento à COMPESA sobre o Título de Uso, achou-se por bem, seguir a orientação do Advogado presente, segundo o qual orientou, a proceder inicialmente, ao Cadastramento Fundiário e aguardar a discussão sobre a solução para as ocupações da área, para só posteriormente analisar a possibilidade de requerer tal documento, para os moradores que residem nas localidades das áreas de Preservação Ambiental (APPs) dentro da Unidade de Conservação. Para o advogado, José Carlos Medeiros, a concessão de um título de uso para os moradores da localidade contraria a natureza jurídica da Unidade de

Conservação, que é de proteção integral. Aproveitando a linha de raciocínio, a gestora ressaltou a importância de somente após o cadastramento ser possível a idealização de estratégias para conter o agravamento do ecossistema do RVS Gurjaú e com isso, ser apresentadas soluções ao Governo do Estado de Pernambuco. Já para o Representante da CIPOMA e da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, essas dificuldades ocorrem muito porque não há projetos direcionados à criação, por exemplo, de agrovilas. Nesse sentido, a Gestora, sugeriu que o referido Conselho do RVS Gurjaú oficializasse um requerimento direcionado a Agência reguladora de Meio ambiente do Estado, CPRH, solicitando a possibilidade da abertura de editais, os quais contemplariam vários projetos, como o citado no exemplo anterior, e que com isso sejam apresentados e criados. Segundo a Dra. Andrea Pinto, o cadastramento levantará através de dados, qual será a melhor opção, vocação da região para moradores do já citado Refúgio. Para a representante da Usina Bom Jesus, Fátima Carvalho, é necessário a participação das comunidades para construir junto com o Estado, o plano de Manejo. Tal plano seria a normatização de todos os tipos de atividades legítimas que poderão ser desempenhadas, nessas localidades, pela sua população. Já para a representante da CONDEP/Fidem, Patrícia Caldas, é difícil. De acordo com a representante da Prefeitura de Moreno, Monalisa Silva, é necessário também, um estudo de impacto de vizinhança para saber qual o possível impacto que será causado às comunidades vizinhas e suas medidas mitigadoras e não apenas, o estudo do impacto ambiental na elaboração do Plano de Manejo. Na mesma linha de raciocínio Fátima Carvalho, acrescentou também a necessidade de antes desse estudo de Impacto de Vizinhança ser realizado paralelamente, um Plano Operativo Anual, o qual gerará subsídios para a elaboração do já citado Plano de Manejo. Segundo Elaine Braz, durante a última reunião do Conselho Gestor, houve alguns encaminhamentos como a reunião do MP com as comunidades locais que será enriquecida pela apresentação do cadastramento fundiário a ser realizado pela CETAP. Já o representante da Escola Dr. João Lopes, Tony Catta, o mesmo sugeriu que sejam criadas áreas para a implementação desse Plano de Manejo antes mesmo da sua criação. Elaine Braz e Tony Catta são unânimes em afirmar a necessidade de se estabelecer uma agenda dos objetivos a serem realizados, a curto e em longo prazo, para resolver não só os problemas das Unidades, como também, os dos moradores direta e indiretamente afetados. De acordo com a representante da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, é necessário haver esclarecimentos à população como forma de estabelecer vínculos de confiança com a mesma e atingir juntos, o bem comum. A professora Maria José, representante da Secretaria

de Educação do Município de Moreno, por sua vez, relata ser imprescindível haver a orientação desses moradores sobre o uso sustentável da área e não retirá-las imediatamente, pois, as mesmas já estabeleceram um vínculo emocional, cultural e econômico com a região. De acordo com Professor Henrique, da UFRPE, é necessário ouvir todos os integrantes das comunidades do refúgio, uma vez que, dentro de uma comunidade existem uma conjugação de interesses e a solução de Gurjaú, não é uma única apenas. E por fim, a Gestora acrescentou que a população do Engenho São Salvador esta localizada em uma área de inúmeros mananciais e a simples recategorização da área para uma categoria de uso sustentável segundo os Sistemas Estadual e Nacional de Unidades de Conservação, não resolveria o problema desses moradores, uma vez que, existem outras carências, como por exemplo, a ausência de transporte coletivo, saúde pública.. O gestor da Escola Eudes Sobral, João Elpídio, finalizou seu discurso acrescentando que existem espertalhões que incitam a população a não permitir o desenvolvimento da área, impedindo dentre outras formas, de os moradores receberem orientações dos fiscais da CPRH, por exemplo.

**Diante do exposto, resolveu-se tomar os seguintes encaminhamentos:** fazer tudo ouvindo inicialmente a comunidade remanescente no RVS Gurjaú, analisando suas necessidades, suas fortalezas e suas deficiências; Elaborar um Plano Operativo Anual a ser elaborado conjuntamente com a comunidade, para gerar subsídios ao Plano de Manejo de Gurjaú; Apoiar o Cadastramento Fundiário; instituir Grupo de Trabalho para elaborar Editais com chamadas para projetos que atendam as demandas da área ouvida à comunidade; proponentes membros do Grupo de Trabalho: Patrícia Caldas (CONDEP-FIDEM); MONALISA (Prefeitura de Moreno); VIMERSON ROBERTO (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PIRAPAMA); FÁTIMA CARVALHO (USINA BOM JESUS); JAMES (MORENO); PROFESSORA MARIA JOSÉ (MORENO); ZÉ DO JARDIM (PRESIDENTE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE MORENO); RÚBIA Melo (PREFEITURA DO CABO); JOÃO Elpídeo (ESCOLA DR.EUDES SOBRAL); LUCIENE LIMA (PREFEITURA DE JABOATÃO). Nada mais havendo a declarar, eu Rinaldo César Rocha Dantas, Secretário desse Conselho, lavro essa ata que segue por mim assinada e validada por todos os presentes mediante assinatura da lista de presença em anexo. Cabo de Santo Agostinho, 12 de fevereiro de 2014.

  
E. Elaine Cristina Ferreira Braz  
Gestora do RVS Gurjaú  
CRBIO/07112/05-P  
Mat. 277.740-1